# LEI Nº 1.680/2023, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

**Institui o programa denominado BOLSA ATLETA E BOLSA TÉCNICO – BOLSA SALOMÃO, com o objetivo de incentivar o atleta e o técnico esportivo e dá outras providências.**

**O Prefeito Municipal de Aquiraz, Bruno Barros Gonçalves,** no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Aquiraz aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito do município de Aquiraz-Ce, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer – SESJUV, o programa **BOLSA ATLETA E TÉCNICO – BOLSA SALOMÃO**, com a finalidade de fomentar atletas locais em formação, amadores, paradesportivos e de alto rendimento, das mais variadas modalidades esportivas, bem como técnicos das diversas modalidades, promovendo e incentivando o esporte local.

**Art. 2º**. São objetivos do programa **BOLSA SALOMÃO,** promover e estimular o esporte, do básico ao profissional, consolidando-o como ferramenta de inclusão e transformação social, no intuito de formar novos atletas e aprimorar os amadores e profissionais, bem como incentivar os técnicos, que atuam de forma independente, garantindo acessibilidade a todos e respeitando as diversidades.

**Art. 3º**. Os benefícios à promoção e ao incentivo do desenvolvimento do esporte em sua iniciação até o alto rendimento, a serem trabalhados nesta Lei, serão concedidos aos atletas e aos técnicos, mensalmente, por categoria, da seguinte forma:

**I -** Bolsa atleta infantil: **R$ 200,00** (duzentos reais) – até 80 (oitenta) bolsas, das quais 10% (dez por cento) serão destinadas a pessoa com deficiência;

**II -** Bolsa atleta amador: **R$ 360,00** (trezentos e sessenta reais) – até 50 (cinquenta) bolsas, das quais 10% (dez por cento) serão destinadas a pessoa com deficiência;

**III -** Alto Rendimento: **R$ 1.100,00** (um mil e cem reais) – até 15 (quinze) bolsas;

**IV -** Bolsa atleta paradesportivo alto rendimento: **R$ 1.100,00** (um mil e cem reais) – até 3 (três) bolsas;

V - Bolsa técnico: **um salário mínimo nacional** – até 12 (doze) bolsas, das quais 10% (dez por cento) serão destinadas a pessoa com deficiência;

VI - Bolsa olímpica participação: **R$ 2.000,00** (dois mil reais);

VII - Bolsa olímpica campeão: **R$ 5.000,00** (cinco mil reais);

VIII - Bolsa paraolímpica participação: **R$ 2.000,00** (dois mil reais);

IX - Bolsa paraolímpica Campeão: **R$ 5.000,00** (cinco mil reais).

**Parágrafo Único.** Em caso de não preenchimento integral das bolsas destinadas a pessoa com deficiência, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas na modalidade de ampla concorrência.

**Art. 4º** O programa terá suas despesas custeadas com orçamento próprio, através do Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FMDEL, Lei nº 1.419, de 2021, e poderá ter participação de contrapartida de empresas privadas, conforme Art. 36º e 37º, desta Lei.

## CAPÍTULO II
## DAS CATEGORIAS

**Art. 5°** O atleta participante da **Bolsa Atleta Infantil** é aquele que pratica uma determinada modalidade esportiva desenvolvendo suas habilidades, objetivando o seu aprimoramento para participação em competições.

**Art. 6º** O Atleta Infantil deverá cumprir, além dos critérios a serem requeridos em edital de convocação, os seguintes requisitos:

**I.** ter idade de 8 (oito) até 12 (doze) anos;

**II.** estar devidamente matriculado em instituição de ensino público ou privado, com média de notas acima de 50% (cinquenta por cento);

**III.** estar treinando constantemente em escolinhas de bairro, escolas convencionais, academias, centros de treinamentos ou quaisquer locais que o possibilite a prática esportiva da sua modalidade;

**IV.** pertencer à composição familiar de baixa renda, estando cadastrado no programa CAD Único; e

**V.** ter um representante legal;

**Art. 7º** O atleta participante da **Bolsa Atleta Amador** é aquele que busca a sua profissionalização no esporte, tendo uma vivência comprovada na sua modalidade, como

constantes treinamentos e participação efetiva em competições expressivas, no âmbito regional (Estado), nacional e até internacional, independentemente dos resultados, porém em busca constante desses resultados.

**Parágrafo Único.** O atleta veterano que tenha as habilidades de um atleta amador ou mesmo que tenha sido atleta profissional, mas que esteja parado em suas práticas esportivas, não poderá concorrer à BOLSA SALOMÃO.

**Art. 8º.** O atleta amador deverá cumprir, além dos critérios a serem requeridos em edital de convocação, os seguintes requisitos:

**I.** ter idade a partir de 12 (doze) anos;

**II.** estar treinando constantemente em academias, centros de treinamentos ou quaisquer locais que o possibilite a prática esportiva da sua modalidade;

**III.** pertencer à composição familiar de baixa renda, estando cadastrado no programa CAD Único; e

**IV.** se menor de 18 (dezoito) anos, ter um representante legal.

**Art. 9º.** O atleta participante da **Bolsa Atleta Alto Rendimento** é aquele que compete em nível profissional e participa de competições oficiais de grande relevância nos cenários regional (Estado), nacional e/ou internacional, com a obrigatoriedade de participação de pelo menos 1 (um) evento nacional e/ou internacional no ano base, nas seguintes condições:

**I.** ter idade a partir de 14 (quatorze) anos;

**II.** ser membro de liga desportiva de qualquer esfera, seja em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional;

**III.** ter classificação até a 10º (décima) colocação em competição de nível nacional;

**IV.** ter classificação até a 20º (vigésima) colocação em eventos esportivos promovidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU), Federação Internacional do Desporto Escolar (ISF) Confederações ou Federações Sul-americanas e/ou federação internacional da respectiva modalidade, e que continuem treinando para futuros eventos esportivos dessas organizações.

**Parágrafo Único.** O atleta de alto rendimento deverá ser membro de liga desportiva de qualquer esfera, seja em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

**Art. 10.** A ordenação de competições para fins de concessão na modalidade de alto rendimento deverá seguir os seguintes níveis, a começar pelo maior nível de relevância:

**I.** Campeonato Mundial;
**II.** Campeonato Pan-Americano;
**III.** Campeonato Sul-Americano;
**IV.** Campeonato Brasileiro;
**V.** Jogos Brasileiros Universitários;
**VI.** Campeonato Brasileiro Regional;
**VII.** Campeonato Norte-Nordeste;
**VIII.** Campeonatos Estaduais;
**IX.** Campeonatos Municipais; e
**X.** Demais Campeonatos realizados com autorização de ligas desportivas e/ou federações.

**Art. 11** O **Bolsa Técnico** será concedido para treinadores de atletas que estejam em prática esportiva e obtendo resultados positivos em competições, bem como os treinadores de bairro que atuam informalmente no intuito de promover o aprendizado da prática esportiva para crianças e jovens, nas comunidades.

**Art. 12.** Para pleitear a bolsa técnico, o candidato deverá estar atuando na cidade de Aquiraz e comprovar os seguintes requisitos:

**I-** ter nacionalidade brasileira;
**II-** estar na função de técnico desportivo, há, no mínimo, três anos na cidade de Aquiraz;
**III-** ter ensinado a prática esportiva à crianças e/ou adolescentes, de quaisquer modalidades, em comunidades de toda a cidade de Aquiraz ou ter gerido atletas que participaram de competições desportivas oficiais ou de notórios reconhecimentos;
**IV-** estar filiado à entidade local do desporto, regional de administração do desporto do Ceará, ou, no caso de inexistência de entidade local e regional, à entidade

nacional de administração do desporto filiada ou vinculada ao COB ou ao CPB ou reconhecida por um desses Comitês.

**Parágrafo Único.** O técnico que comprovar vínculo à entidade nacional de administração do desporto deverá ter como sede de treinamento entidade de prática desportiva instalada em Aquiraz.

**Art. 13** Os atletas que desejam concorrer nas modalidades Olímpicas e Paraolímpicas deverão se encaixar nas seguintes classificações:

**I- Bolsa Olímpica Participação**: restrita a esportistas que participem dos jogos olímpicos, independente de ranking.

**II- Bolsa Olímpica Campeão**: restrita a esportistas que participem dos jogos olímpicos, com classificação entre as 3 (três) melhores posições.

**III- Bolsa Paraolímpica Participação:** restrita a esportistas que participem dos jogos paraolímpicos, independente de ranking.

**IV- Bolsa Paraolímpica Campeão:** É restrita a esportistas que participem dos jogos paraolímpicos, com classificação entre as 3 (três) melhores posições.

## CAPÍTULO III
## DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

**Art. 14.** Para concorrer à BOLSA SALOMÃO, o atleta deverá participar de processo seletivo, via Edital de Convocação, a ser elaborado e expedido pela SESJUV, com base nos termos desta Lei.

**Art. 15.** O processo seletivo para concessão da BOLSA SALOMÃO será de caráter eliminatório e classificatório, não havendo possibilidade de inserção no programa que não seja pelo processo seletivo.

**Art. 16.** O programa bolsa Salomão terá uma data base que será:

**I-** ano imediatamente anterior ao edital de inscrição, para fins de comprovação em eventos esportivos; e

**II-** referência para cálculo de idade, tomando como base a data da efetivação da inscrição.


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

**Art. 17** Todos os atletas, além dos requisitos exigidos em edital de convocação, deverão:

**I.** ser residentes na cidade de Aquiraz há, pelo menos, 6 (seis) meses;

**II.** se menores de 16 (dezesseis) anos, apresentar cartão atualizado de vacinação do SUS;

**III.** se menores de 16 (dezesseis) anos, apresentar declaração da instituição estudantil a qual estuda;

**IV.** apresentar declaração ou comprovação de filiação de, pelo menos, 01 (uma) entidade gerenciadora dos esportes como liga, federação, confederação ou outras entidades esportivas oficiais;

**V.** ter disponibilidade à prática e treinamento constante de suas modalidades;

**VI.** passar por processo seletivo, através de edital de convocação;

**VII.** apresentar um plano anual esportivo;

**VIII.** possuir conta bancária, exclusivamente, em nome do atleta; e

**IX.** prestar contas periodicamente.

**Art. 18.** Para aqueles que estejam comprovadamente realizando treinamentos em outros locais, fora da cidade ou Estado, com o objetivo de melhorar o desempenho em sua respectiva modalidade esportiva, por um período não superior a 2 (dois) anos, será considerada sua residência na sua cidade de origem, desde que retorne à cidade, pelo menos, uma vez por ano.

**Parágrafo Único.** O beneficiário que se trata o caput deste artigo, em situação de exceção, não poderá receber auxílio financeiro advindo de outro Município ou Estado.

## CAPÍTULO IV
## DAS INSCRIÇÕES

**Art. 19.** Será considerado APTO para a fase classificatória o candidato que:

**I-** tenha cumprido os requisitos do edital de seleção;

**II-** não se enquadre em nenhuma das vedações para recebimento do benefício;

**Art. 20.** A fase classificatória definirá a lista de atletas, em ordem numérica de colocação, a começar do primeiro colocado, conforme regras de classificação estipuladas em edital.

**§ 1º** A listagem final de atletas e técnicos que serão contemplados com os respectivos benefícios seguirá ordem classificatória, até o limite de quantidade disponibilizada para cada tipo de bolsa estipulado em edital, seguida da ordem de candidatos classificáveis.

**§ 2º** Os candidatos classificáveis terão oportunidade de ingresso à bolsa a qual concorreu, caso haja perda de prazos exigidos em edital ou desistência dos candidatos classificados.

**Art. 21.** Da decisão de indeferimento da concessão da bolsa atleta e da bolsa técnico caberá recurso à Comissão Técnica de Avaliação e Monitoramento da Bolsa atleta e da Bolsa técnico, em prazo estabelecido em edital.

**Art. 22.** A concessão da bolsa atleta e da bolsa técnico se dará anualmente, com pagamentos mensais, mediante Edital de Convocação, o qual conterá, dentre outras, as seguintes informações:

**I** - condições de participação;

**II** - documentação exigida por categoria;

**III** - procedimentos para inscrição;

**IV** - critérios de seleção, observados os Art. 17º e 18º, desta Lei;

**V** - critérios de desempate;

**IV** - anexos.

**Parágrafo único.** A análise do processo e a deliberação para a concessão da bolsa atleta e da bolsa técnico será realizada pela Comissão Técnica de Avaliação e Monitoramento da Bolsa Atleta e da Bolsa Técnico.

**Art. 23** O beneficiário do programa bolsa Salomão poderá renovar seu benefício em um novo edital de convocação.

**Art. 24** Quando a Administração Pública não lançar um novo edital de convocação imediatamente posterior ao término de 1 (um) ano do programa, haverá

renovação automática do benefício, devendo o beneficiário apresentar todos os requisitos solicitados em seu edital de adesão, inclusive a prestação de contas final.

## CAPÍTULO V
## DAS PONTUAÇÕES E DESEMPATES

**Art. 25** Como critério de desempate, em caso de falta de vaga no respectivo tipo de bolsa solicitado, prevalecerá:

**I-** atleta com maior idade;
**II-** menor renda;
**III-** melhor pontuação quanto a ranking, conforme o artigo Xxx ;
**IV-** melhor pontuação quanto a competição, conforme o artigo Xxx; e
**V-** melhor pontuação quanto ao filiação, conforme o artigo Xxx.

**Art. 26** Para efeito de contabilização de pontos, no edital de convocação, as filiações a entidades esportivas (liga, federação, confederação ou entidade oficial internacional), deverão obedecer, sendo atribuída um grau de pontuação decrescente, da maior para menor, a seguinte ordem:

**I-** Internacional 12 pontos;
**II-** Nacional 08 pontos;
**III-** Regional (Estado) 04 pontos; e
**IV-** Local 1,5 ponto.

**Art. 27** Para fins de contagem de pontuação será usado a data base dos resultados das competições disputadas.

**Art. 28** A melhor média dos 3 melhores resultados, no ano base, o qual deverá ser escolhido pelo(a) atleta, pontuará conforme tabela abaixo, desde que os resultados escolhidos possam ser comprovados, através de órgãos oficiais reguladores dos esportes:

| | Lugar | Categoria (pontuação) | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Local | Regional | Nacional | Internacional |
| **I** | **1º** | **5** | **12** | **25** | **50** |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| II | 2º | 3,5 | 8 | 16 | 35 |
| III | 3º | 2,5 | 6 | 12 | 24 |
| IV | 4º | 2 | 4,5 | 9 | 18 |
| V | 5º | 1,5 | 3,5 | 7 | 14 |
| VI | 6º | 1,2 | 3 | 3,5 | 7 |
| VII | 7º | 1 | 1,5 | 3 | 6 |
| VIII | 8º | 0,8 | 1,2 | 2,4 | 4,8 |
| IX | 9º | 0,7 | 1 | 2 | 4 |
| X | 10º | 0,6 | 0,9 | 1,5 | 3 |
| XI | 11º | 0,5 | 0,8 | 1,2 | 2,4 |
| XII | 12º | 0,4 | 0,6 | 1 | 2 |
| XIII | 13º | 0,2 | 0,4 | 0,8 | 1,5 |
| XIV | 14º | 0,1 | 0,2 | 0,5 | 1 |
| XV | 15º | 0 | 0,1 | 0,3 | 0,5 |

**Parágrafo Único.** Não poderão ser computados para fins de resultados que se trata o caput deste artigo, resultados provenientes de W.O.

**Art. 29** A posição no ranking dos órgãos oficiais reguladores dos esportes, será contabilizado da seguinte forma:

| | Lugar | Categoria (pontuação) |
|---|---|---|


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

| | | Local | Regional | Nacional | Internacional |
|---|---|---|---|---|---|
| **I** | **1º** | **5** | **12** | **25** | **50** |
| **II** | **2º** | **3,5** | **8** | **16** | **35** |
| **III** | **3º** | **2,5** | **6** | **12** | **24** |
| **IV** | **4º** | **2** | **4,5** | **9** | **18** |
| **V** | **5º** | **1,5** | **3,5** | **7** | **14** |
| **VI** | **6º ao 10º** | **0,8** | **1,5** | **3** | **6** |
| **VII** | **11º ao 15º** | **0,4** | **0,8** | **1,5** | **3** |
| **VIII** | **16º ao 20º** | **0** | **0,4** | **0,8** | **1,5** |
| **IX** | **21º ao 30º** | **0** | **0** | **0,4** | **0,8** |

**Art. 30** Caso o atleta esteja ranqueado em mais de um órgão oficial gerenciador dos esportes, ele deverá optar por apenas um ranking, ao qual ele melhor se destaca e pontua.

**Art. 31** Todas as entidades gerenciadoras dos esportes deverão ser reconhecidas oficialmente, por órgãos governamentais ou reguladores dos esportes, conforme o caso:

**I.** Liga Municipal, reconhecida pela Prefeitura Municipal de Aquiraz;

**II.** Liga Estadual, reconhecida pelo Governo do Estado do Ceará;

**III.** Federação, reconhecida pela confederação ou entidade nacional oficial da modalidade requerida;

**IV.** Confederação, reconhecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro ou demais órgãos nacionais esportivos oficiais; e

**V.** Entidade Internacional, reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional ou demais órgãos internacionais esportivos oficiais;

## CAPÍTULO VI
## DA COMISSÃO

**Art. 32** Para o Programa Bolsa Salomão será criada uma comissão de avaliação e monitoramento composta por 4 (quatro) membros do poder público municipal, conforme composição abaixo:

**I.** 1 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer;

**II.** 1 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal de Educação;

**III.** 1 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;

**IV.** 1 (um) membro indicado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social;

**Parágrafo Único.** A comissão que se trata o caput será regulamentada por decreto.

**Art. 33.** Compete a Comissão:

**I.** analisar as inscrições;
**II.** apresentar o resultado preliminar;
**III.** analisar os recursos de indeferimentos de inscrições;
**IV.** apresentar o resultado final;
**V.** monitorar o programa;
**VI.** apurar denúncias;
**VII.** fiscalizar os beneficiários; e
**VIII.** fiscalizar o programa.

## CAPÍTULO VII
## DOS PATROCINADORES

**Art. 34.** Cada beneficiário do programa bolsa Salomão poderá contar com contrapartida de um ou mais patrocinadores de, no mínimo, 30% (trinta por cento) da mensalidade do programa, a cada mês.

**Parágrafo Único.** A contrapartida do patrocinador deverá ser de forma monetária, a ser depositada na conta do Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FMDEL, pelo qual será destinado à conta do beneficiário patrocinado.

**Art. 35** Somente pessoa jurídica poderá ser patrocinador oficial do beneficiário do programa.

**Art. 36** Os patrocinadores dos atletas contemplados na Bolsa Salomão terão como contrapartida do apoio o seguinte:

**I-** divulgação específica de sua marca nos sítios eletrônicos e redes sociais oficiais da prefeitura;

**II-** divulgação nos uniformes e materiais dos atletas, quando ofertados pela administração pública; e

**III-** divulgação nos informativos e/ou materiais publicitários institucionais referentes ao programa.

## CAPÍTULO VIII
## DOS PAGAMENTOS

**Art. 37.** Os pagamentos deste programa serão efetuados com recursos oriundos do Fundo Municipal do Esporte e Lazer – FMDEL, Lei Municipal 1.419/2021, de 24 de novembro de 2021.

**Art. 38.** O benefício será creditado mensalmente em conta bancária, em nome do atleta e/ou técnico beneficiado, não podendo ser de terceiros, devendo obrigatoriamente ser conta do Banco do Brasil.

**Parágrafo Único.** Quando o atleta for patrocinado, o recurso do patrocínio deverá ser repassado através da conta do Fundo Municipal do Esporte – FMDEL e não diretamente da conta do patrocinador.

**Art. 39.** O benefício poderá ser cumulativo durante todo o período anual, contudo, não poderá exceder em mais de 70% (setenta por cento) do valor trimestral.

**§ 1º** os recursos acumulados e não gastos no final de 3 (três) meses serão descontados nos meses subsequentes;

§ 2º os recursos acumulados e não gastos no final da concessão de 1 (um) ano, deverão ser desenvolvidos ao Fundo Municipal do Esporte – FMDEL.

**Art. 40.** O atleta contemplado e seu respectivo responsável, quando menor de 18 (dezoito) anos, deverá comparecer em data e local oportunamente divulgado, para proceder com assinatura do Termo de Compromisso.

**Art. 41** O atleta participante de esporte coletivo poderá concorrer a BOLSA SALOMÃO, desde que seja respeitado os critérios de cada tipo de bolsa escolhido pelo atleta.

**Parágrafo Único.** Para os esportes que se trata o caput, será selecionado apenas 1 (um) atleta por equipe para cada tipo de modalidade e/ou categoria.

**Art. 42.** A bolsa atleta e a bolsa técnico será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais, podendo ser renovada anualmente, mediante a participação e aprovação em Edital de Convocação.

§ 1º O candidato aprovado em edital de convocação que já for beneficiário do programa, só terá sua renovação confirmada após a sua prestação de contas final do seu benefício anterior devidamente aprovada;

§ 2º A concessão da bolsa é eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário estiver atendendo às condições estabelecidas nesta Lei e em regulamento.

**Art. 43.** O valor da bolsa atleta e da bolsa técnico é o estabelecido no Art. 3º desta Lei.

§ 1º Os valores das bolsas poderão ser revistos a cada triênio, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

§ 2º O montante dos recursos destinados ao pagamento da bolsa técnico não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do montante destinado à bolsa atleta, dentre todas as categorias.

§ 3º Às modalidades não olímpicas e não paraolímpicas poderá ser destinado até 20% (vinte por cento) do total dos recursos orçamentários destinados ao pagamento da bolsa atleta e da bolsa técnico.


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

**Art. 44.** É vedada a concessão simultânea de mais de uma bolsa ao mesmo atleta ou ao mesmo técnico.

**Art. 45.** O beneficiário do bolsa atleta ou bolsa técnico não poderá ter bolsa concedida por outro Estado da Federação, que não seja o Estado do Ceará, exceto bolsa em nível nacional.

**Art. 46.** Os benefícios do Programa possuem caráter individual, intransferível e têm natureza temporária, enquanto perdurarem as condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

**§ 1º** A remuneração profissional não implica na perda da Bolsa.

**§ 2º** A concessão da Bolsa Atleta e Bolsa Técnico não gera qualquer vínculo, seja laboral ou de outra natureza, entre o beneficiado e a Administração Pública.

**Art. 47.** Cada beneficiário do programa receberá uma blusa oficial personalizada do Governo Municipal.

**Parágrafo Único.** Os patrocinadores oficiais serão divulgados na blusa de seu atleta patrocinado.

## CAPÍTULO IX
## DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Art. 48** O atleta deverá apresentar de forma periódica, prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na forma e no prazo estabelecido no edital de inscrição, de forma que a cada 2 (dois) meses apresente de forma documentada:

**I-** recibo do atleta ou responsável legal, se menor de 18 (dezoito) anos, dos recursos recebidos utilizados para custear as despesas com a sua manutenção desportiva;

**II-** comprovação de suas atividades desportivas com fins de treinamento;

**III-** declaração da instituição de ensino, quando menor de 16 (dezesseis) anos, atestando que o atleta está em plena atividade escolar e com seu desempenho regular;

**IV-** comprovações fiscais dos gastos.

**Art. 49.** O atleta poderá ter o benefício cancelado ou descontado, respectivamente, quando:

**I-** não prestar contas que se refere o Art. 47º;
**II-** houver valores não aprovados.

**Art. 50** Serão aceitos para fins de prestação de contas da Bolsa Atleta gastos com:

**I-** aquisição de materiais, quer sejam de consumo ou permanente, para a prática do respectivo esporte;

**II-** transporte para treinos e eventos esportivos;

**III-** hospedagem em eventos esportivos;

**IV-** alimentação;

**V-** saúde;

**VI-** inscrições para competições e filiações em entidades esportivas;

**VII-** matrícula e/ou mensalidade em estabelecimentos que contribuam para o desenvolvimento no esporte;

**VIII-** capacitações relativas a modalidade do atleta; e

**IX-** custos com progressão de nível, quando houver na modalidade do atleta.

**Art. 51.** Os comprovantes a serem apresentados nas prestações de contas deverão ser entregues impressos e digitalizados na SESJUV, nos prazos pré-estabelecidos em Edital.

**Parágrafo Único.** Não servirão de comprovação documentos incompletos, rasurados, sem data, ilegíveis e/ou adulterados.

**Art. 52.** O beneficiário do programa, com exceção do bolsa técnico, deverá encaminhar para aprovação o plano esportivo anual referente ao ano de recebimento do benefício, contendo:

**I-** Plano de treinamento;


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

**II-** Competições previstas;

**III-** Previsão de gastos;

**IV-** Objetivos;

**V-** Metas esportivas;

**VI-** Patrocínios vigentes; e

**VII-** Pretensão de patrocínio (empresa).

**Art. 53.** O plano esportivo anual, que se trata o Inciso I, do Art. 51º, deverá ser apresentado no ato da inscrição.

**Parágrafo Único.** O plano anual poderá ser complementado, a qualquer momento pelo próprio atleta, desde que esteja em conformidade com a Lei.

**Art. 54.** O beneficiário do bolsa técnico deverá apresentar de forma periódica, prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, na forma e no prazo estabelecido no edital de inscrição, de forma que a cada 2 (dois) meses apresente de forma documentada:

**I-** declaração do técnico informando que os recursos recebidos foram utilizados para custear as despesas com a sua manutenção desportiva;

**II-** comprovação de suas atividades desportivas, atestando estar o técnico em plena atividade na respectiva modalidade.

**Art. 55.** Serão aceitos para fins de prestação de contas da Bolsa Técnico gastos com:

**I-** aquisição de materiais, quer sejam de consumo ou permanente, para o ensino do respectivo esporte;

**II-** transporte para realização de treinos e eventos esportivos;

**III-** hospedagem em eventos esportivos;

**IV-** alimentação;

**V-** filiações em entidades esportivas;


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

**VI-** matrícula e/ou mensalidade em estabelecimentos que contribuam para o desenvolvimento no esporte;

**VII-** capacitações relativas a sua área; e

**VIII-** custos com progressão de nível, quando houver na categoria.

## CAPÍTULO X
## DAS PENALIDADES

**Art. 56.** Será desligado do Programa o (a) atleta que:

**I-** deixar de cumprir o previsto no plano esportivo anual;

**II-** for reprovado no ano letivo quando estudante menor de 18 (dezoito) anos;

**III-** transferir-se definitivaente para outro município, Estado ou País;

**IV-** utilizar os recursos da Bolsa para fins não especificados nesta Lei;

**V-** não comprovar frequência escolar no caso dos beneficiários menores de 18 (dezoito) anos;

**VI-** receber punição antidesportiva grave;

**VII-** for declarado inapto por profissionais de saúde;

**VIII-** requerer a sua saída do programa;

**IX-** deixar de cumprir quaisquer das condições exigidas por esta Lei; e

**X-** for condenados por violência infantil e/ou contra mulher.

**§ 1º** A comprovação a que se refere o inciso V se dará bimestralmente, por meio de declaração da instituição de ensino em que o atleta estiver matriculado.

**§ 2º** O atleta que tiver sido excluído do Programa, ficará impedido de pleitear o benefício pelo prazo de dois anos subsequentes ao ano da exclusão, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

**Art. 57.** Será desligado do Programa o beneficiário do bolsa técnico que:

**I-** apresentar documento ou declaração falsos;


Paço Municipal Carlos Augusto Matos Pires . Rua da Integração - Centro - Aquiraz/CE
CEP: 61.700-000 . CNPJ: 07.911.696/0001-57
Prefeitura de Aquiraz prefeituradeaquirazoficial www.aquiraz.ce.gov.br

**II-** treinar atleta que for condenado por uso de doping, no período em que seu treinador for beneficiário da bolsa-técnico;

**III-** for condenado à pena privativa de liberdade;

**IV-** deixar de exercer a função de técnico desportivo;

**V-** for condenado por violência infantil e/ou contra mulher.

**VI-** descumprir as exigências estabelecidas no Termo de Compromisso a ser firmado entre o técnico e a SESJUV-Aquiraz.

**Parágrafo Único.** O técnico que perder o direito à bolsa técnico, ficará impedido de pleitear o benefício pelo prazo de dois anos subsequentes ao ano em que foi beneficiado, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

**Art. 58** Quando houver indícios ou fatos comprobatórios que motivem a cassação do direito à bolsa atleta ou à bolsa técnico, será instaurado procedimento administrativo no âmbito da SESJUV-Aquiraz, que será analisado pela Comissão Técnica de Avaliação e Monitoramento da Bolsa Salomão para aferir a responsabilidade do atleta ou do técnico, observado o contraditório e a ampla defesa.

**§ 1º** O atleta ou técnico poderá ter o direito à bolsa suspenso até que seja finalizado o procedimento administrativo, quando ele não se manifestar nos prazos definidos em diligência.

**§ 2º** Finalizado o procedimento administrativo e não for constatada a infração, o atleta ou técnico receberá de forma retroativa as parcelas retidas no período da suspensão.

**§ 3º** Finalizado o procedimento administrativo e confirmada a infração, o atleta ou técnico terá o seu direito à bolsa cassado.

## CAPÍTULO XI
## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 59** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1.072/2013, de 28 de novembro de 2013 e disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ PREFEITO CARLOS AUGUSTO MATOS PIRES, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2023.**

**BRUNO BARROS GONÇALVES**
**Prefeito Municipal**